

Brasil deve cumprir todas as metas, exceto do déficit público

por Celso Pinto
de Berlim Ocidental

O déficit público operacional, isto é, excluído o efeito da correção monetária e cambial, poderá ficar, até o final do ano, entre 3,5 e 3,8% do PIB, abaixo da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de 4% do PIB.

Esse foi o número em torno do qual o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, conversou com S. Beza e Thomaz Reichmann, funcionários do FMI em Berlim. Revisando o programa de ajuste com o Fundo concluiu-se, na versão do ministro, que o Brasil possivelmente cumprirá todas as metas, exceto a do déficit público nominal, em razão da aceleração inflacionária acima do estimado.

Os empréstimos concedidos ao setor público, por exemplo, ficaram 1% abaixo do ano passado, em termos reais, embora o governo tenha aberto algumas exceções à regra de congelamento dos valores. Esse bom comportamento deverá permitir a concessão de "waiver" (perdão) pelo não-cumprimento do déficit nominal sem grandes problemas, prevê Mailson.

Na área externa, a semana de contatos do ministro com os bancos internacionais permitiu avançar um pouco mais no que ele chamou, em entrevista à imprensa, de "quarta fase da negociação da dívida: explorar mecanismos para reduzir o estoque da dívida e explorar a volta ao mercado voluntário de capitais".

Mailson disse que vários bancos, europeus e norte-americanos, ficaram com a incumbência de apresentar propostas concretas ao Brasil visando a um lançamento de bônus no segundo semestre do próximo ano. Seria um "teste" de mercado, algo entre US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões, cujo formato, prazo e alvo ainda estão por definir.

Existem dois tipos de investidores passíveis de ser atraídos, disse o ministro: os de longo prazo (institucionais) e os especulativos, que aceitam mais riscos em troca da possibilidade de mais ganhos. Para esse tipo de investidor, um banco europeu sugeriu montar operações de bônus ligados a matérias-primas de exportação. Se o produto fosse, por exemplo, a soja; caso seu preço subisse no mercado, o investidor teria direito a mais luros com o papel, caso contrário, ganharia o País, com uma remuneração menor para o investidor. Mailson não está seguro se esse tipo de negócio é indicado para o Brasil.

Para reduzir o estoque, exploram-se formas de trocas de dívida velha (com desconto) por nova (bônus). Teria de haver algum atrativo, que poderia ser a garantia de pagamento do principal e parte de juros (como o México está examinando). Novas ideias existem, mas Mailson admite que ainda estão pouco amadurecidas.

Uma condição, de todo modo, é indispensável para pensar em voltar ao mercado voluntário de capitais: ter controlado a inflação. Um processo de inflação alta é uma ameaça à estabilidade econômica,

política e social", admite o ministro.

Nessa área, contudo, ele não admite nenhuma mudança de rumo. Mailson rejeita a pecha de imobilismo na atitude atual do governo; acha que é, ao contrário, prudência para evitar açodamento. A receita central continuará sendo o controle do déficit público.

Mas, então, como se explica que o déficit público operacional tenha ficado abaixo de 0,8% do PIB de janeiro a julho e a inflação, no período, tenha subido de 16% ao mês para 24%?

A explicação, diz o ministro, está no próprio processo de controle do déficit, que acaba tendo repercussões inflacionárias a curto prazo, tanto via aumentos reais expressivos de tarifas quanto com a eliminação, por exemplo, do subsídio ao trigo. Outro fator foi o choque de preços agrícolas. O governo nada pôde fazer porque os preços, em média, estavam abaixo dos níveis reais dos últimos cinco anos, acrescidos de 12% ao ano — piso para detonar a colocação de estoques no mercado.

Agora, alguns preços já atingiram esse patamar e Mailson confia que serão feitas importações de alimentos pelo setor privado. Há cuidado para não atropelar a política agrícola em troca de ganhos de curto prazo e dimensão no índice dos preços.

Quanto à indexação, ela também é um fator de sustentação da inflação, segundo o ministro. Para derrubá-la seria preciso um ajuste fiscal brutal. Outra alternativa seria uma política de rendas, um choque, mas sobre ela o ministro não quis comentar, exceto para lembrar o fracasso das experiências anteriores.